

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 08/05/2017

- [TJPE realiza VII Jornadas Pernambucanas dos Direitos da Criança e do Adolescente](#)
- [Vara da Infância e Juventude de Jaboatão promoveu palestras para marcar o Mês Nacional da Adoção](#)
- [Menino emociona nos EUA com pedido para ser adotado por padrasto no dia do aniversário](#)
- [Em PE, salários dos agentes e assistentes socioeducativos são reajustados em 20%](#)
- [Advogados pedem habeas corpus coletivo para presas gestantes e mães](#)
- [MPPE e MPT unem esforços para propor medidas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes](#)

**Assunto: TJPE realiza VII Jornadas Pernambucanas dos Direitos da Criança e do Adolescente**

**Fonte:** Tribunal de Justiça de PE

**Data:** 08/05/2017



Com o tema “Conhecer para Proteger: Destituição/Extinção do Poder Familiar e Pretendentes à Adoção” acontece o VII Jornadas Pernambucanas

Com o objetivo de uniformizar os procedimentos e as rotinas de trabalho desenvolvidas pelas Varas da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), acontece, nesta quarta-feira (10/5), o VII Jornadas Pernambucanas dos Direitos da Criança e do Adolescente com o tema “Conhecer para Proteger: Destituição/Extinção do Poder Familiar e Pretendentes à Adoção”.

O evento, organizado pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), em parceria com a

Escola Judicial do TJPE, contemplará cerca de 80 profissionais nesta primeira edição. O treinamento ocorrerá no período de 10 a 12 de maio, na Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (Esmafe), na Avenida Cais do Apólo, em Recife.

A capacitação visa contribuir tanto para a qualificação como para atuação dos servidores e magistrados da respectiva área. Em razão disso, nos próximos meses, vão acontecer novas turmas das Jornadas Pernambucanas nas comarcas do interior: em Caruaru, no mês de junho; em Petrolina, no mês de agosto; em Garanhuns, no mês de setembro; e em Serra Talhada, no mês de outubro.

Segundo a juíza da 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital, Hélia Vegas, também docente do curso, a finalidade deste encontro vai além da uniformização dos procedimentos, consoante o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código de Processo Civil. “Vamos somar, entre magistrados e equipe técnica de profissionais, boas práticas e ideias para otimizar e garantir maior celeridade nos processos de perda ou suspensão do poder familiar bem como nos de habilitação para adoção”, destaca.

**Assunto: Vara da Infância e Juventude de Jaboatão promoveu palestras para marcar o Mês Nacional da Adoção**

**Fonte:** Tribunal de Justiça de PE

**Data:** 08/05/2017



Para comemorar o Mês Nacional da Adoção, a Vara da Infância e Juventude de Jaboatão em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promoveu uma série de palestras temáticas nesta sexta-feira (5/5). A ação, que começou na quinta-feira (4/5), está inserida na programação especial dedicada ao Dia das Mães promovida pelo Shopping Guararapes. O evento aconteceu no corredor da Le Biscuit, no Shopping.



**O evento aconteceu no corredor da Le Biscuit, no Shopping Guararapes, na última sexta-feira (5/5)**

A juíza titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, Christiana Caribé, abordou os procedimentos para a adoção. “Estão sendo tratados os conceitos básicos numa linguagem dirigida à população para esclarecer as dúvidas sobre o Cadastro Nacional de Adoção”, afirmou.

A magistrada destaca que entre os assuntos discutidos também estão a destituição do poder familiar e a importância da regularização das adoções que são feitas de forma direta. “É preciso desestimular esse tipo de adoção, na qual a genitora entrega a criança diretamente a pessoa que não mantém vínculo de afetividade e parentesco, o que gera uma situação de insegurança tanto para o casal quanto para a criança. A adoção legal via Cadastro Nacional de Adoção é um procedimento seguro, rápido e respaldado pela Justiça”.

O coordenador do Programa Acolher, o psicólogo Paulo Teixeira, falou sobre o trabalho desenvolvido pelo Programa Acolher ao prestar apoio jurídico e psicossocial. “O Programa Acolher do TJPE recebe mulheres que desejam entregar seus filhos à adoção de maneira responsável, a partir do encaminhamento para a Vara. Com a palestra, esperamos sensibilizar quanto a compreensão da realidade vivenciada por essas mulheres. Há muito preconceito e estigma, desse modo, precisamos desmistificar o ato de entregar a criança para adoção, já que é uma escolha realizada em benefício da criança”.

No encontro, também foi possível ouvir depoimentos de casais que já adotaram filhos e compartilharam com os presentes como foi a experiência, as dúvidas e as questões que

superaram ao longo do processo de adoção. Ao final, foram distribuídos materiais de divulgação do Programa Acolher e informativos sobre adoção.

**Assunto: Menino emociona nos EUA com pedido para ser adotado por padrasto no dia do aniversário**

**Fonte: Portal G1**

**Data: 08/05/2017**



Um menino americano usou sua festa de aniversário para fazer um pedido especial a seu padrasto.

Kalani Watson completou 10 anos em 30 de abril.

Em sua festa em Los Angeles, registrada em vídeo, ele leu uma carta emocionada para o padrasto, Brandon Williamson, ao fim da qual pede para ser adotado.

“Pai, sei que hoje é o meu dia, mas, na verdade, é o nosso”, diz Kalani.

O menino fala sobre o relacionamento dos dois e, em determinado momento, faz a pergunta.

“Então, vamos parar com a brincadeira e tornar oficial. Brandon Craig Williamson, você me faria o maior favor no mundo? Você me adotaria? ”, diz Kalani.

Brandon começa imediatamente a chorar e abraça o menino. O padrasto, então, abre uma caixa que Kalani lhe entrega - dentro dela há um formulário de adoção.

O vídeo, postado no Facebook pela mãe de Kalani, Porsche Williamson, viralizou.

Até o início dessa semana, tinha sido visto mais de 3 milhões de vezes.

**Assunto: Em PE, salários dos agentes e assistentes socioeducativos são reajustados em 20%**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 08/05/2017**

## **jornal do commercio**

A Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude (SDSCJ) e a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) anunciam o reajuste dos salários dos agentes e assistentes socioeducativos. A partir deste mês de maio, os assistentes passam a receber R\$1.584; os agentes socioeducativos, R\$ 1.320. A partir de maio de 2018, mais 20% será acrescido ao salário.

"Estamos colocando em prática um dos compromissos elencados no Plano de Curto Prazo da instituição, que lançamos neste ano. Essa é uma conquista muito esperada pelos agentes e assistentes socioeducativos", diz a diretora-presidente da Funase, Nadja Alencar?

### **SELEÇÃO SIMPLIFICADA**

Além disso, a Funase aguarda a convocação de 249 agentes socioeducativos do banco de reserva da Seleção Simplificada de 2013. Os convocados irão complementar o quadro das unidades localizadas na Região Metropolitana do Recife. Também já está autorizada uma nova seleção simplificada para contratação de agentes para Vitória, Caruaru, Arcoverde, Garanhuns e Petrolina. O edital está finalizado e será publicado em breve, segundo a Funase.

**Assunto: Advogados pedem habeas corpus coletivo para presas gestantes e mães**

**Fonte:** Diário de PE

**Data:** 08/05/2017



O Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de habeas corpus coletivo para presidiárias grávidas ou mães de crianças de até 12 anos. O texto propõe que essas mulheres tenham a prisão preventiva revogada e convertida em prisão domiciliar, a exemplo do que ocorreu com a ex-primeira-dama do Rio de Janeiro, Adriana Ancelmo, que tem filhos de 11 e 14 anos.

"O episódio (concessão da prisão domiciliar para a Adriana), que poderia simplesmente indicar a correta aplicação da lei, expôs a enorme seletividade do sistema de Justiça, que mantém as demais mulheres gestantes, puérperas ou mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade no encarceramento", diz o texto.

Segundo o coletivo, o pedido está fundamentado com base no Código de Processo Penal, na Constituição Federal, em tratados internacionais e no Marco Legal da Primeira Infância. "A precariedade das instalações prisionais, sua inadequação às necessidades femininas e a desatenção às condições de exercício de direitos reprodutivos caracterizam tratamento desumano, cruel e degradante, nos termos do art. 5º, III, da Constituição Federal e fazem com que a prisão provisória extrapole os limites constitucionais da intervenção do poder persecutório-punitivo sobre o indivíduo", argumenta o pedido.

**Assunto: MPPE e MPT unem esforços para propor medidas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes**

**Fonte: Ministério Público de PE**

**Data: 08/05/2017**



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e Ministério Público do Trabalho (MPT) se reuniram para desenvolver uma estratégia de atuação conjunta a fim de promover o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, que é a forma mais degradante e nociva de exploração da mão de obra infantojuvenil.

Após reunião preliminar, realizada na quinta-feira (8) no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude) com a presença do coordenador, promotor de Justiça Luiz Guilherme Lapenda, da procuradora do Trabalho Jailda Pinto e da coordenadora da Frente Parlamentar da Primeira Infância, deputada Simone Santana, os órgãos ministeriais oficiaram a deputada nessa sexta (9), solicitando a designação de uma reunião, no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), com os vários órgãos de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes.

De acordo com o coordenador do Caop Infância e Juventude, promotor de Justiça Luiz Guilherme Lapenda, a atuação integrada tem por objetivo construir mecanismos de implementação de ações de combate à exploração sexual de menores de 18 anos, com foco na abordagem do trabalho infantil decorrente dessa prática.

As ações são um desdobramento de audiência pública sobre o enfrentamento à exploração de crianças e adolescentes nas rodovias que cortam o Estado de Pernambuco, realizada pela Alepe.